

**COLEGIADO DAS ESCOLAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO –
CONSEGOV**

Ata da reunião realizada em 19 de setembro de 2025, via plataforma Microsoft Teams.

Participantes:

SEGES – Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP

Ana Cecília Lessa

Daniel Correa de Lima

Jaqueline Primiani Mol

Juliana Helena Bonat

Luciana Torres Roza

Mary Kawauchi

Oldair José de Oliveira Morgado

Patrícia Vieira Santos

Tatiane Chacon Martinez Nogueira dos Santos

PGM – Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR

Eduardo Moreno Monteiro

Emanuel Guedson Ferreira Guedes

SMS – Escola Municipal de Saúde – EMS

Leandro Machado Dias

SVMA – Universidade Aberta do Meio-Ambiente e Cultura de Paz – UMAPAZ

Gabriela Chabbouh

Sylvia Christina de Andrade Grimm

SME – COPED – Coordenadoria Pedagógica

Kaligiane Dorgelma Félix da Silva Lima

SMADS – Espaço Público do Aprender Social – ESPASO

Ademar Sartori Júnior

CGM – Centro de Formação em Controle Interno – CFCI

Luís Fernando de Paiva Baracho Cardoso

TCM – Escola Superior de Gestão e Contas Públicas – EGC

Ricardo Panato

Convidados:

Renata Beluzzo Borba – Coordenadora de Políticas e Projetos de Inclusão da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED)

Danilo Silva de Souza – Diretor de acessibilidade digital na Coordenadoria de Acessibilidade e Desenho Universal na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (**SMPED**)

Myrna dos Santos Melo – membro da Coordenadoria de Acessibilidade e Desenho Universal da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (**SMPED**)

Estrutura da reunião:

10h – Abertura da reunião, boas-vindas e apresentação das pautas que serão tratadas no encontro

10h05 – Garantia de acessibilidade na oferta de cursos presenciais e EaD

11h15 – Discussão de subtemas para o encontro das escolas de governo em 24 de outubro de 2025 e encaminhamentos para a próxima reunião

11h38 – Encerramento

Abertura:

EMASP dá as boas-vindas aos presentes e recapitula os temas tratados na reunião de agosto, informando as pautas que serão tratadas no encontro de setembro, a saber:

- 1) Garantia de acessibilidade na oferta de cursos presenciais e EaD;
- 2) Discussão de subtemas para o encontro das escolas de governo em 24 de outubro de 2025.

1) Garantia de acessibilidade na oferta de cursos presenciais e EaD:

EMASP dá as boas-vindas ao Danilo da SMPED, passando-lhe a palavra na sequência. Ele agradece o convite e inicia sua exposição, explicando sobre a organização da Coordenação de Acessibilidade e Desenho Universal, que possui duas divisões: a divisão de acessibilidade em edificações e a Divisão de Acessibilidade Digital e Comunicação Inclusiva, da qual é diretor.

Sua divisão opera as análises de acessibilidade digital que são enviadas para a comissão permanente de acessibilidade para concessão do selo de acessibilidade digital. Informa também que é membro da Comissão de Acessibilidade Permanente (CPA).

A Divisão tem duas funções: a) analisar se um ambiente cumpre os requisitos de acessibilidade digital; b) orientar o ente público a tornar os ambientes digitais mais acessíveis.

SMPED informa que oferece cursos padronizados, sendo um deles o de acessibilidade digital e aproveita para citar o desenvolvimento de trabalho recente junto ao CFCI para análise da acessibilidade do ambiente virtual de aprendizagem da escola.

Cita também a atuação recente junto à **EMASP** na verificação da acessibilidade do ambiente virtual de aprendizagem da plataforma da escola e menciona que gostaria de realizar reunião apartada para um retorno.

Na sequência, explica que o procedimento de avaliação é constituído pela emissão de relatório, e posterior reunião com a área demandante para explicação do relatório emitido e demonstração ponto a ponto, visando maiores clareza e eficácia do trabalho. Ao final, o relatório é entregue à área demandante. Esclarece que os ambientes digitais ofertados pela plataforma *Moodle*, *por exemplo*, possuem arquitetura digitalmente acessível. O problema que muitas vezes acaba gerando a inacessibilidade, é a forma como alguns elementos personalizados são inseridos nesses ambientes virtuais, como elementos de cadastro e tela principal, que não necessariamente são do Moodle, e muitas vezes são telas desenvolvidas no wordpress e outros softwares similares.

A **SMPED** classifica as barreiras em: barreiras de acessibilidade e barreiras intransponíveis. Quando há pontos que não atendem ao requerido pelas normas que tratam de acessibilidade, existe uma não conformidade classificada em 3 níveis: “a”, duplo “a” e triplo “a”.

Requisitos de nível “a”, quando atendidos, darão acesso a muitas pessoas; requisitos de nível duplo “a”, quando atendidos, darão acesso a um grupo um pouco menor de pessoas; e requisitos de nível triplo “a”, quando atendidos, darão acesso a um grupo mais específico de pessoas.

Isso guia a SMPED a enquadrar a adequação em requisito (“a” e duplo “a”). Requisitos mais iniciais criam barreiras intransponíveis, o que significa que o usuário mal consegue se cadastrar ou logar no sistema. Dentro do CFCI encontraram barreiras de não conformidade, mas não encontraram barreiras que impedem de fato o acesso, ou seja, que impossibilitem que pessoas com deficiência sequer se cadastrem. Encontraram elementos que podem ser melhores, que proporcionarão uma navegação intuitiva. Já adianta que, na análise da plataforma da **EMASP** também não foram encontradas barreiras que impedem de fato o acesso.

Atualmente, são responsáveis pela fiscalização de ambientes digitais não acessíveis os Ministérios Públicos Federal e Estadual que, quando em dúvida sobre a existência de acessibilidade digital em determinada plataforma, oficiam a **SMPED** para que realize a análise.

As normas que tratam de acessibilidade no Brasil são: a lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade; a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei nº 13.146/2015, que reforça as diretrizes da lei retrocitada, obrigando Órgãos Públicos e empresas a tornarem seus sites e serviços digitais acessíveis a pessoas com deficiência.

Em âmbito municipal, a orientação técnica nº 8/2019, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (**SMIT**), estipula que todos os sistemas contratados ou desenvolvidos na Prefeitura de São Paulo devem seguir a acessibilidade digital, citando o (WCAG) *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), que é um Consórcio Internacional que dita quais são as melhores práticas em acessibilidade digital. Esse documento de recomendações é de acesso gratuito e está disponível online. Não é citado diretamente na

legislação brasileira, por ser domínio técnico externo, mas a ABNT nº 17.225 foi elaborada com base no WCAG e publicada em março de 2025.

Apesar de a publicação da norma ser recente, o conteúdo não é novo. Espera-se que o art. 63 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) seja regulamentado a partir da norma citada. A portaria que regulamenta a concessão do selo de acessibilidade digital foi atualizada em 2024 e trazia um anexo com critérios inspirados com base no WCAG, o qual deixará de ser válido assim que houver norma que estipule esses critérios.

Todas as avaliações elaboradas serão baseadas na ABNT nº 17.225, quando se tratar de ambientes web, sites ou na ABNT/NBR 17.060, quando deve-se avaliar apps para dispositivos móveis.

Na sequência, Danilo abre espaço para considerações dos participantes. **CFCI** cumprimenta os presentes e aproveita a oportunidade para agradecer o trabalho realizado pela **SMPED** no **CFCI**. A partir dele, o **CFCI** sentiu a necessidade de dialogar com a **PRODAM** para atualização de uma série de aplicações que precisam ser redesenhadas, o que exigirá repactuação contratual. Existem estes entraves, porém é importante observar que a própria necessidade de atender a uma diretriz legal serve como argumento para embasar a repactuação do contrato.

EGC questiona como é feito o pedido de análise da plataforma e quanto tempo demora.

Danilo/SMPED deixa o e-mail por meio do qual o pedido deve ser realizado. A área solicitante deve especificar se o site é aberto ou se há necessidade de concessão de amplo acesso, com criação de usuário e senha. A análise é sempre feita por dois ou mais técnico, sendo que um deles desenvolve a base e o outro analisa. Antes da entrega do relatório, Danilo faz a validação final. O prazo para atendimento dos pedidos varia de 1 a 3 semanas, por ordem de prioridade e grau de urgência.

CEJUR solicita a palavra para tirar algumas dúvidas.

- 1) Menciona que não utiliza elementos personalizados na plataforma. Isso a tornaria mais acessível?
- 2) Questiona sobre a acessibilidade de materiais complementares incorporados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio de PDF, por exemplo.
- 3) Questiona como tornar os vídeos acessíveis, informando que não possui condições de ter intérpretes de libras neles, mas utiliza, em alguns casos, o recurso de legendas. Isso por si só cumpriria a acessibilidade?

1) Danilo/SMPED responde que, a princípio, com uma plataforma mais básica há menores problemas de estrutura, mas teria que analisar, de qualquer forma, a plataforma do **CEJUR**, para saber se ele é acessível.

2) Conteúdos disponibilizados em PDF acabam não sendo acessíveis, impedindo a recepção do selo de acessibilidade digital. O PDF deve ter a navegação acessível. Esclarece que a produção do conteúdo dos arquivos em formato PDF é que deve ser acessível. O conteúdo apresentado em *html* é mais acessível, mas é inviável que se faça em larga escala. Para que esse conteúdo seja acessível, as escolas devem orientar os educadores voluntários, no momento da idealização de um curso a como produzir materiais

complementares que sejam acessíveis, esclarecendo o que torna ou não um material complementar produzido em PDF, por exemplo, acessível.

3) A norma estipula como requisito de acessibilidade que o vídeo tenha legenda e audiodescrição. A recomendação da norma é janela em libras. Danilo informa que explicar o que está no slide, gráfico ou tabela, por exemplo, já cumpre a audiodescrição. Para cumprir requisito de acessibilidade, o vídeo deve conter legenda.

Por fim, Danilo esclarece que se a base plataforma estiver boa, basta pensar em metodologia de produção de conteúdos que cumpram a acessibilidade em todos os sentidos. A ideia é pensar estrategicamente como alterar o conteúdo ao longo do tempo, a partir do momento do letramento pela escola em acessibilidade. A divulgação por e-mail com criação de elemento visual e componente textual funciona bem. Se houver documento “linkado”, ele deve ser acessível. Seria uma prática ruim ter o conteúdo de imagem sem a reprodução textual (isso impossibilitaria a reprodução do texto por voz).

Danilo comenta que as ferramentas da Microsoft possuem um recurso chamado verificação de acessibilidade, que pode ser acionado pelo educador no momento da produção do conteúdo. Se o documento for produzido de forma acessível e salvo em formato PDF, ele será acessível.

EMASP agradece por esse panorama geral e sugere que talvez seja interessante promover uma formação sobre produção de conteúdos acessíveis para os servidores que atuam nas escolas de governo e para os educadores parceiros. Na sequência, cumprimenta a Renata Beluzzo Borba, Coordenadora de Políticas e Projetos de Inclusão da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (**SMPED**), que elogia a iniciativa e se coloca à disposição de todos. Cumprimenta a outra convidada, Myrna dos Santos Melo, também da **SMPED**.

EMASP compartilha novamente os tópicos pensados na reunião e questiona se existe algum fluxo para a acessibilidade de materiais em braile.

Danilo/SMPED esclarece que sobre os parâmetros internacionais de acessibilidade para ensino, não há norma que aborde especificamente metodologias de acessibilidade. Nesse caso, valem boas práticas de construção de capacitação de ensino com o viés inclusivo.

Sobre a inferência do conhecimento adquirido, é necessário que se faça a pergunta de forma correta ou que a atividade avaliativa seja feita de forma adequada. A ferramenta de arrastar e soltar, por exemplo, muitas vezes utilizada para exercícios na plataforma, requer percepção visual e ampla habilidade de movimentação motora. Não é uma ferramenta inclusiva. É uma metodologia ativa, porém de interação com um elemento e não necessariamente com o conhecimento. Conclui que a acessibilidade no âmbito pedagógico deverá ser construída.

Renata/SMPED menciona, sobre o braile que, devido ao fato de a fundação Dorina Nowill ser instalada em um terreno da Prefeitura, há uma quota de impressões em braile que é possível solicitar. Porém,

recomenda checar previamente se o deficiente visual utilizará o recurso, pois atualmente está um tanto em desuso, por conta dos recursos atuais de conversão de texto em áudio.

Cita o projeto “conhecer para incluir”, que tem formações focadas em acessibilidade comunicacional. Menciona que quem ficou surdo após a alfabetização e que possui uma boa interação com a língua portuguesa se beneficia do recurso de legenda. Há também pessoas que necessitam de leitores de tela. O NVDA, por exemplo, é gratuito e pode ser baixado.

Danilo/SMPED menciona que escolas que possuem o atendimento presencial podem contar com a central de intermediação em libras. É possível acionar **SMPED** para a solicitação da intermediação por um intérprete de libras. Há também a CAC, que é a Central de Acessibilidade Comunicacional, que pode ser solicitada para palestras e eventos mediante agendamento prévio.

EMASP questiona qual é o prazo de antecedência para a solicitação de intérpretes de libras. Questiona sobre a possibilidade de empréstimo de equipamentos ou cessão de aplicativos que tenham Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA).

Danilo/SMPED adianta que não possuem equipamentos para empréstimo. No caso de softwares que possam auxiliar na acessibilidade digital, deixa uma recomendação de repositório de recursos de acessibilidade com foco no meio educacional organizado pelo CTA - Centro Tecnológico de Acessibilidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Há mais de 80 ferramentas disponíveis para acessibilidade. [Repositório de tecnologia assistiva no contexto educacional.](#)

Salienta a importância de as instituições se atentarem às necessidades dos alunos, mantendo o diálogo aberto com a **SMPED** para solicitar os recursos segundo a necessidade.

UMAPAZ agradece a assistência da **SMPED** na recepção de um grupo de pessoas com deficiência.

A **EMASP** agradece as contribuições e, na sequência, transmite a palavra à Myrna.

Myrna Melo, assessora técnica na **SMPED**, trata de acessibilidade arquitetônica. Informa que atendem solicitações das Subprefeituras, do Ministério Público. A análise da acessibilidade arquitetônica muitas vezes se dá em função do recebimento de denúncias. É possível solicitar a análise via e-mail, mas se houver ausência de acessibilidade arquitetônica, o procedimento seguinte, após vistoria e emissão de relatório fotográfico e enquadramento dentro da norma, é encaminhar o processo para a Subprefeitura para a adequação. Após as adequações, é emitido o selo de acessibilidade arquitetônica.

Danilo/SMPED esclarece que o melhor fluxo de trabalho para verificar e garantir a acessibilidade é pedir para que **SMPED** faça a análise por e-mail.

A **EMASP** agradece a participação da equipe de **SMPED**, que agradece a oportunidade do rico diálogo, colocando-se à disposição de todos novamente. Os participantes passam à discussão da próxima pauta.

2) Discussão de subtemas para o encontro das escolas de governo em 24 de outubro de 2025:

EMASP inicia a discussão sobre os detalhes do encontro das escolas de governo municipais, que contará com 40 vagas e ocorrerá em 24 de outubro pela manhã, presencialmente na **UMAPAZ**. Na sequência, compartilha uma dinâmica elaborada com a utilização do Miro para que os participantes votem nos subtemas que desejam que sejam abordados no encontro. O subtema mais votado foi “Estímulo de networking entre os servidores/cursistas - trazer boas práticas e troca de conhecimentos comuns entre secretarias/departamentos dentro da Prefeitura de São Paulo”.

O formato sugerido é uma roda de conversa aberta.

EGC confirma a sugestão da **EMASP** de uma pauta mais enxuta e um encontro com duração de meio período.

Encaminhamentos:

EMASP se compromete a elaborar o documento de detalhamento do encontro presencial e a realizar a votação da pauta da reunião de novembro no chat do grupo na *Plataforma Microsoft Teams*.

Todos se despedem e a reunião é encerrada.